

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES
E-WORKING PAPER N.º.1/2021

**PAISES AFRICANOS DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA
DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESIGUALDADES DE GÉNERO
– TENDÊNCIAS DO NOVO MILÉNIO**

TÂNIA LIBERATO

COMO CITAR

Liberato, Tânia (2021), "Desenvolvimento Humano e Desigualdades de Género nos PALOP – Tendências do Novo Milénio", Observatório das Desigualdades e-Working Papers, N°1/2021: CIES-Iscte, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012019.

Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.com/working-papers-od/>

TÍTULO

Desenvolvimento Humano e Desigualdades de Género nos PALOP – Tendências do Novo Milénio

RESUMO

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido um ator essencial no fornecimento de dados estatísticos atualizados que permitam analisar a evolução dos vários países e regiões do mundo através de uma base de dados verdadeiramente universal e com importantes implicações ao nível da elaboração de políticas públicas. No entanto, estes índices têm de ser avaliados de forma crítica: o que medem, afinal? A partir dos índices propostos pela ONU para medir o Desenvolvimento Humano e as Desigualdades de Género, será realizada uma análise da evolução da situação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa desde o princípio do novo milénio com o propósito de identificar tendências e de refletir sobre as conquistas e/ou retrocessos.

Palavras-chave: PALOP, Desenvolvimento Humano, Desigualdades de Género

TÍTULO

Human Development and Gender Inequalities in Portuguese-speaking African countries - New Millennium Trends

ABSTRACT

The United Nations (UN) Organization has been a key-player in providing updated statistical data that allow analysing the evolution of several countries and regions in the world through a truly universal database with important implications to policy-making. However, these indices must be critically assessed: what do they measure, after all? Based on the UN-proposed indices to measure Human Development and Gender Inequalities, the situation of the Portuguese-speaking African Countries since the beginning of the new millennium will be analysed with the purpose of identifying tendencies and to reflect on the conquests and/or setbacks.

Keywords: *PALOP*, Human Development, Gender Inequalities

ÍNDICE

Índice de quadros, gráficos e figuras.....	1
1. Introdução.....	1
2. Convergir o Desenvolvimento Humano e a Igualdade de Género	4
3. Metodologia	7
3.1. Índice de desenvolvimento humano.....	8
3.2. Índice de desenvolvimento de género	9
3.3. Índice de desigualdade de género.....	11
3.4. Disponibilidade de dados.....	12
4. Desenvolvimento Humano	13
4.1. Índice de desenvolvimento humano.....	13
4.1.1. Rendimento.....	15
4.1.2. Educação	16
4.1.3. Longevidade	18
5. Desigualdades de Género.....	19
5.1. Índices de género	20
6. Conclusão	22
Bibliografia.....	25

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS

Figura 1. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	13
Figura 2. Evolução do Rendimento Nacional Bruto (RNB) <i>per capita</i> (\$PPP) nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	15
Figura 3. Evolução dos anos de escolaridade esperados nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	16
Figura 4. Evolução da média de anos de escolaridade nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	17
Figura 5. Evolução da esperança média de vida à nascença nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	18
Figura 6. Evolução do Índice de Desenvolvimento de Género nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	20
Figura 7. Evolução do Índice de Desigualdade de Género nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.	21

DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESIGUALDADES DE GÉNERO NOS PALOP– TENDÊNCIAS DO NOVO MILÉNIO

Tânia Liberato

Estudante do 3º Ano da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Nova FCSH).

1. INTRODUÇÃO

O novo milénio trouxe consigo uma série de eventos com relevância estrutural para cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe: marcou o fim de uma guerra civil arrastada por décadas (Angola), abriu caminho a uma série de golpes de Estado (Guiné-Bissau), estendeu o terror promovido por movimentos religiosos fundamentalistas (Moçambique) e presenciou uma crise económica e financeira mundial, à qual nenhum país do globo ficou indiferente. No meio de todos estes acontecimentos importantes, surgem populações que se têm de adaptar a novos contextos, os quais impõem obstáculos e oportunidades que podem ou não servir positivamente a generalidade dos indivíduos.

Dentro das populações mais desfavorecidas e fragilizadas, encontramos o género feminino como aquele que, permanentemente, se encontra numa posição subalterna e que, por isso, merece a devida atenção nestes contextos. O papel social da mulher tem sofrido múltiplas interpretações ao longo das últimas décadas graças ao desenvolvimento dos Estudos Feministas e de Género, que deram um entendimento alargado sobre o que tem sido a posição relativa da mulher na

sociedade patriarcal, chamando a atenção para uma série de desigualdades que urgem ser combatidas. Para tal, são necessários dados que reflitam estas mesmas disparidades, que mostrem o caminho que tem sido percorrido e que deem mostras da situação prospectiva para, assim, determinar sobre que áreas se deve intervir. É de ressaltar que será adotado o conceito (binário) de género (entendido como uma construção social, não adquirida) em oposição ao de sexo (entendido como uma característica biológica) na análise das desigualdades de género.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) serão entendidos como um grupo internamente heterogéneo, não havendo uma intenção de os tomar por iguais nem de assumir a existência de uma identidade coesa e adquirida. A escolha deste grupo de países prende-se com as suas experiências comuns de colonização, trajetórias similares e laços históricos: todos declararam as suas independências de Portugal sensivelmente na mesma altura – Guiné-Bissau (1973), Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Angola (1975) –, sendo um dado conjuntural relevante por marcar o momento em que as populações nativas se emanciparam do regime colonial e assumiram o controlo político do Estado e a gestão dos seus recursos. Repare-se que se exclui a Guiné Equatorial, que passou a estar incluída neste grupo no seguimento da adoção do português como língua oficial em 2010. No entanto, tendo em conta a sua trajetória divergente e não sendo a partilha da língua portuguesa condição suficiente, não se justifica a sua inclusão neste estudo.

Os países supramencionados estão inseridos num grupo mais alargado de países comumente associados a um “desenvolvimento baixo”, por não conseguirem garantir um certo nível de bem-estar social e humano, medido quantitativamente por uma série de índices de referência que têm as suas próprias limitações. A partir desses mesmos índices, o presente estudo pretende clarificar o que estes números revelam e, assim, desenvolver uma análise crítica do que tem sido o desempenho destes países africanos desde o princípio do novo milénio.

A primeira secção está reservada à clarificação conceptual dos dois grandes temas que norteiam este estudo – o Desenvolvimento Humano (DH) e as Desigualdades de Género –, procurando-se enquadrar teoricamente ambos os conceitos na abordagem das “capacidades”, tal como proposta por Amartya Sen e seguida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹. De seguida, na segunda secção, apresenta-se uma explicação da metodologia que será utilizada ao longo deste estudo, com a devida descrição dos índices – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento de Género (GDI)² e Índice de Desigualdade de Género (GII)³ – e respetivas limitações para a análise do bem-estar humano e, especificamente, das desigualdades de género. Tendo em conta o seu nível de abstração, esta secção procura adotar uma postura crítica perante os resultados que são apresentados ao longo do estudo, na medida em que estes não devem ser vistos para além daquilo que cada índice *de facto* revela. Ademais, é referido que existem lacunas de dados nalguns destes índices, tanto em termos temporais como geográficos, o que faz com que o estudo esteja ainda mais limitado a nível estatístico para a realização de uma análise comparada efetiva.

A terceira secção ocupa-se exclusivamente da abordagem do DH, pretendendo-se analisar de que forma a base teórica se reflete no cálculo do IDH. Para tal, é apresentada a evolução do índice nos 5 países africanos e distinguidas, mais especificamente, as trajetórias nas suas componentes para averiguar qual tem sido o peso relativo de cada uma para o cálculo compósito. A quarta secção trata dos índices de Género (GDI e GII), pretendendo-se comparar as suas trajetórias e analisar a postura que cada um dos países africanos tem adotado perante as desigualdades de género. Por fim, na quinta secção, são enumeradas as conclusões

¹ Referenciado como *United Nations Development Programme* (2019).

² Será adotada a sigla internacional, referente a *Gender Development Index* (GDI), para que se possa distinguir do Índice de Desigualdade de Género.

³ Será adotada a sigla internacional, referente a *Gender Inequality Index* (GII), para que se possa distinguir do Índice de Desenvolvimento de Género.

que se retiram deste estudo e elaboram-se sugestões sobre que caminhos se devem tomar a respeito da análise das questões de Género e de Desenvolvimento.

2. CONVERGIR O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A IGUALDADE DE GÉNERO

O Desenvolvimento Humano (DH), como conceito, não pode ser indissociável da formulação do teórico Amartya Sen sobre a abordagem das “capacidades”, que surge em crítica à corrente economicista *mainstream* que associava o bem-estar social ao crescimento económico (Qizilbash, 2006; Clark, 2006; Alkire, 2010). Não existe propriamente um consenso sobre a diferença conceptual entre o DH e a abordagem das “capacidades” de Sen, mas entende-se que o segundo procura simplesmente “passar a filosofia para a prática” [tradução livre], enquanto que o primeiro se compromete com “aplicações reais para o mundo”, intervindo ao longo de diversas áreas (Alkire, 2010: 14).

A abordagem das “capacidades” consiste numa síntese de ideias de vários autores “clássicos”, beneficiando, por isso, de uma robusta base filosófica. À semelhança de Adam Smith, Amartya Sen reconhece a importância do crescimento económico para o bem-estar, mas converge com Aristóteles quando considera a riqueza como meramente instrumental. Para além disso, partilha as preocupações de Marx sobre a liberdade humana e a emancipação (Clark, 2006; Alkire, 2010).

O Desenvolvimento é, na ótica de Sen (2015: 525), um “processo de expansão das liberdades que as pessoas apreciam” [tradução livre], requerendo, neste sentido, a remoção de obstáculos à concretização dessas mesmas liberdades. Para tal, é necessário expandir as “capacidades”, isto é, os instrumentos de que os indivíduos dispõem para atingir um determinado objetivo. O conceito de “capacidades” permite analisar até que ponto as pessoas deixam de fazer ou ser o que pretendem por decisão própria ou por não terem as condições para tal, estando no centro do

Desenvolvimento (como área de intervenção) o propósito de alargar estas mesmas “capacidades”.

O DH, tal como definido no primeiro relatório do PNUD em 1990, é visto como um *processo* e como uma *consequência*: o mecanismo do DH atua de forma a aprofundar as “capacidades” humanas que, por sua vez, são instrumentais para atingir determinados fins (Alkire, 2010). As pessoas são, por isso, dotadas de “capacidades” que lhes permitem fazer e ser o que pretendem, podendo estas ser reforçadas ou limitadas por fatores conjunturais (como restrições aos direitos humanos e liberdades fundamentais). Isto significa que por detrás do conceito de DH consta uma “base filosófica” (Alkire, 2010: 14) que privilegia a “potencialidade humana” (o que são ou poderão *vir a ser*) e que reconhece as pessoas como fins em si mesmas, transcendendo análises de medição económica que reduzem humanos a agentes produtivos.

De acordo com Alkire (2010), o conceito de DH beneficia de um elevado grau de abstração e flexibilidade que permite ser moldado consoante a temática em questão, o que é perceptível na forma como tem sido enquadrado, ao longo dos anos, nos *Human Development Reports* do PNUD. Para além de gozar de uma maleabilidade considerável para variadas temáticas, também se pretende que seja válido para diferentes contextos individuais, nacionais e culturais, almejando a uma aplicação verdadeiramente global (Alkire, 2010). Esta é uma abordagem que, por isso, atenta à multiplicidade de condições pessoais e que não olha para o bem-estar humano como um padrão de vida fixo que se toma por “ideal”, mas sim como algo dinâmico e também subjetivo. Ademais, reconhece-se que diferentes condições pessoais podem requerer mais recursos para atingir as mesmas “capacidades”, como é o caso das pessoas com deficiência (Qizilbash, 2006).

As desigualdades sociais são, à luz deste enquadramento teórico, o reflexo das desigualdades ao nível das “capacidades” que cada um tem ao seu dispor (PNUD, 2019). Sen (2015) reconhece, neste sentido, que a desigualdade entre

mulheres e homens parte da desvantagem das primeiras em termos da aquisição de “capacidades”, restringindo as liberdades que as mulheres podem beneficiar em relação aos homens. O *Human Development Report* de 1995 (PNUD, 1995: 29), dedicado às questões de gênero, afirma que “em nenhuma sociedade, atualmente, as mulheres beneficiam das mesmas oportunidades que os homens” [tradução livre]; desde então, porém, o discurso não se alterou: 14 anos depois, no *Human Development Report* de 2019 (PNUD, 2019: 147), considera-se que as desigualdades de gênero são as “formas mais persistentes de desigualdade em todos os países” e até “uma das maiores barreiras ao DH” [tradução livre].

Homens e mulheres encontram-se, à partida, em posições desiguais na vida em sociedade devido a um desequilíbrio de poder a favor dos primeiros (PNUD, 2019). Este poder tem sido consolidado com o auxílio de normas socioculturais enquadradas num sistema patriarcal que remete a mulher para uma posição subalterna e de inferioridade, impedindo-a de beneficiar dos mesmos direitos dos homens nas esferas da saúde, educação, família e mercado de trabalho (PNUD, 2019). Assim, “se o gênero é visto como um princípio de organização de toda a atividade humana” [tradução livre] (Pearson, 2006: 190), deve ser imperativo que a lente referente ao gênero seja aplicada às análises do DH de modo a expor as desigualdades milenares inerentes às relações que têm vigorado entre homens e mulheres.

Na área do Desenvolvimento, rapidamente ficou claro que as desigualdades de gênero não seriam, por exemplo, combatidas apenas com projetos de concessão de microcrédito a mulheres, que olhavam, mais uma vez, para o indivíduo (neste caso, a mulher) somente como gerador de riqueza e ignoravam as questões estruturais (Pearson, 2006; Pearson e Jackson, 2015). A estratégia da visão feminista liberal, que privilegiava a expansão da educação e do emprego para as mulheres, rapidamente se revela insuficiente para atacar estas desigualdades, exigindo-se uma análise holística que desvende as complexas relações que se estabelecem no quadro da

normatividade de género (Pearson, 2006; Pearson e Jackson, 2015). Assim, sob pena de falhar nos objetivos a que se propõe, o DH não pode deixar de confrontar estes mesmos mecanismos sociais. Para expandir as “capacidades” e, conseqüentemente, a liberdade das mulheres, urge combater as formas de discriminação que são produzidas e reproduzidas na sociedade patriarcal.

Os dados estatísticos servem o propósito de auxiliar e complementar estes mesmos estudos, detendo um valor analítico importante a respeito da identificação de tendências e padrões de assimetria entre homens e mulheres (Scott, 2010). Como tal, para que sejamos informados sobre em que áreas as mulheres se encontram em desvantagem, a recolha de dados estatísticos surge como primeiro passo para o questionamento dos mecanismos socioculturais por detrás destas desigualdades.

3. METODOLOGIA

Os índices utilizados ao longo da seguinte análise são compósitos (ou seja, incluem várias componentes heterogéneas) e, por isso, formam uma média aritmética que não traduz a situação de cada um dos indivíduos de uma sociedade, mas que apenas fornecem um ponto de referência (“*proxy*”) sobre o panorama geral. Sendo uma média, os dados são sensíveis a valores extremos, o que significa que o peso de um só indicador pode estorvar o resto da análise. No entanto, estes índices são úteis caso se pretenda quantificar o desempenho de uma sociedade ao longo de vários indicadores, possibilitando uma análise comparada entre países e regiões. Tendo isto em conta, é imperativo que os resultados de índices agregados sejam sujeitos a uma postura crítica por quem deles se sirva e que, como tal, se procure cruzar com indicadores desagregados para, assim, oferecer um retrato mais rigoroso dos fenómenos sociais.

3.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é apresentado na década de 90 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em resposta ao foco excessivo concedido aos indicadores económicos, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) ou o Rendimento Nacional Bruto (RNB), na medição dos níveis de desenvolvimento dos países, uma vez que estes remetiam para uma noção errónea do desenvolvimento como equivalente a crescimento económico (Qizilbash, 2006). Esta abordagem do desenvolvimento tinha um pendor utilitarista, na medida em que o ser humano não era reconhecido como um fim em si mesmo, mas como um meio para atingir determinados níveis de produtividade económica, ofuscando aspetos sociais e humanos que hoje reconhecemos como essenciais para medir o bem-estar das populações (Qizilbash, 2006). De facto, os indicadores de criação de riqueza não revelam em que condições se movimentam os indivíduos de uma determinada sociedade, nem os ganhos que retiram dessa aparente prosperidade económica.

O IDH foi construído por Amartya Sen e Mahbub al Haq com o propósito de oferecer um índice mais abrangente e de fácil medição que permitisse avaliar as variações entre países e regiões relativamente às “capacidades humanas básicas” (Charmes e Wieringa, 2003; Sen, 2006). Os economistas optaram por incluir indicadores a respeito da educação, da longevidade e do rendimento, uma seleção devidamente justificada, mas que não deixa de ser parte de um exercício subjetivo que privilegia algumas vertentes do bem-estar humano em detrimento de outras. Não obstante, foi possível criar um “contrapeso” ao enfoque económico, introduzindo categorias que procuram avaliar as realidades sociais por detrás destes indicadores, mostrando que uma sociedade produtiva não significa, necessariamente, indivíduos livres de assumir controlo sobre as suas vidas.

Em primeiro lugar, a componente da educação é medida através dos indicadores anos esperados de escolaridade e média de anos de escolaridade, que permitem averiguar tanto o nível de literacia como a escolaridade ao longo da vida, relevante em termos da extensão das liberdades de escolha dos indivíduos (Sen, 2006). Em segundo lugar, a componente da longevidade é medida através da esperança média de vida à nascença que não só é um indicador que mede, indiretamente, a qualidade dos serviços de saúde num determinado território, como também desempenha um papel importante para a concretização de projetos e objetivos a longo-prazo (Sen, 2006). Por último, a integração da componente do rendimento, por intermédio do RNB *per capita*, permite complementar as restantes ao considerar a importância do “controlo sobre os recursos para disfrutar de um nível de vida decente” [tradução livre] (Sen, 2006: 259).

A imagem que recebemos a partir do IDH é, contudo, insatisfatória, uma vez que, ao apenas mostrar a “situação média” e, por isso, excluir os extremos, esconde uma multiplicidade de questões complexas que remetem, constantemente, grupos de uma determinada sociedade para uma posição marginalizada. Assim, este índice não reflete as desigualdades internas⁴, nem muito menos consegue avaliar outros constrangimentos à liberdade individual (como direitos civis, liberdades fundamentais, costumes e tradições culturais discriminatórios) que são igualmente importantes para medir o bem-estar individual.

3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÉNERO

Existe uma crescente consciencialização que os índices generalistas desvalorizam a realidade de metade dos indivíduos da sociedade – as mulheres. A discriminação

⁴ Com esta preocupação em mente, surgiu o IDH ajustado à desigualdade, que não será abordado neste estudo. Este índice mostra como os resultados do IDH se distribuem pela população – numa situação de desigualdade, o resultado do IDH ajustado à desigualdade fica abaixo do IDH.

com base no género é uma desigualdade transversal a todas as sociedades e afeta principalmente as mulheres, que, derivado de questões socioculturais, formam o grupo marginalizado mais numeroso ao nível global.

O Índice de Desenvolvimento de Género (GDI) é apresentado em 1995 com o intuito de “ajustar o IDH à desigualdade de género” [tradução livre] (Charmes e Wieringa, 2003: 427-428), daí que o seu cálculo se aproprie dos mesmos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação, longevidade e rendimento –, destacando-se deste por se servir de dados agregados por género para cada um dos indicadores que fazem parte da sua composição (Dijkstra e Hanmer, 2000). Assim, o objetivo do GDI é, no fundo, avaliar os países tanto em termos do “nível absoluto de DH, como do nível relativo de igualdade de género” [tradução livre] (Dijkstra e Hanmer, 2000: 41), não podendo ser desligado dos resultados obtidos no IDH.

Segundo Charmes e Wieringa (2003), a dependência do GDI ao Rendimento Nacional Bruto (RNB) põe em causa a validade do índice: na verdade, o que se está a medir neste índice é o bem-estar geral e não, propriamente, as desigualdades de género. Uma das críticas mais dirigidas ao GDI é o facto de a componente do rendimento não contemplar a participação das mulheres no setor informal ou em trabalhos não-pagos em contexto familiar (Dijkstra e Hanmer, 2000; Charmes e Wieringa, 2003). Ademais, as mulheres não têm, frequentemente, total controlo sobre os seus rendimentos e muitos dos seus gastos são direcionados ao cuidado dos seus dependentes (como crianças e outros), ao contrário do que acontece com a generalidade dos homens (Dijkstra e Hanmer, 2000; Charmes e Wieringa, 2003). Isto significa que o rendimento disponível não reflete as disparidades nos gastos entre géneros (Charmes e Wieringa, 2003). No que toca à componente da longevidade, o indicador da esperança média de vida à nascença revela variações de cálculo entre países, o que torna este um indicador pouco viável para estabelecer comparações (Dijkstra e Hanmer, 2000). Para além disso, questiona-se se é relevante

considerar a vantagem biológica feminina na longevidade (Gaye *et al.*, 2010). Por outro lado, embora a componente da educação seja relevante, nada nos revela sobre a qualidade e o estímulo das capacidades cognitivas em termos comparativos; por exemplo, as famílias podem optar por enviar os rapazes e as raparigas para escolas diferentes para que uns (normalmente, os rapazes) tenham acesso a uma educação qualitativamente superior (Dijkstra e Hanmer, 2000; Charmes e Wieringa, 2003).

Contudo, o GDI, por não ser um índice de medição das desigualdades de género, não fornece uma boa referência acerca da posição marginal das mulheres na sociedade, passando uma imagem pouco próxima da realidade.

3.3. ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÉNERO

O Índice de Desigualdade de Género (GII) foi construído em resposta às críticas dirigidas aos índices de género propostos pela ONU em 1995 – o GDI e a Medida de Empoderamento de Género, que não será abordada neste estudo. O GII estabelece uma rutura com as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), propondo um novo cálculo das desigualdades através de indicadores alternativos que correspondem às componentes do empoderamento, da participação no mercado de trabalho e da saúde reprodutiva (Permanyer, 2013). Este tem como objetivo mostrar as “perdas” no DH derivadas da desigualdade das conquistas femininas e masculinas ao longo destas dimensões (Gaye *et al.*, 2010).

Na componente do empoderamento, constam os indicadores de proporção de população feminina e masculina com, pelo menos, educação secundária e a proporção de população feminina e masculina com representação parlamentar, permitindo não só determinar o nível de educação obtido por cada um dos géneros, como também o acesso das mulheres ao poder político (Permanyer, 2013). Na componente da atividade económica, utilizam-se as taxas de participação no

mercado de trabalho feminina e masculina, que, embora sejam mais rigorosas do que o RNB *per capita*, continuam a não captar o trabalho não-pago e o setor informal (Permanyer, 2013). Finalmente, a componente da saúde reprodutiva combina o rácio de mortalidade maternal, que prioriza o bem-estar durante o parto, e a taxa de fertilidade adolescente, que trata das gravidezes precoces e dos seus custos para o futuro das jovens e das suas crianças, tendo em conta que este é um fator de exclusão social (Gaye *et al.*, 2010). De acordo com Permanyer (2013), estes últimos são indicadores exclusivos do género feminino que, apesar de essenciais para avaliar o bem-estar das mulheres, tornam este um “índice misto” que falha em avaliar, na sua plenitude, a “posição relativa das mulheres *vis-à-vis* os homens” [tradução livre] (Permanyer, 2013: 13-14).

No entanto, é claro que as desigualdades de género não se “esgotam” nestes indicadores, que mostram apenas uma parte ínfima de um panorama muito mais alargado e complexo (por exemplo, não há menção à violência doméstica e de género).

3.4. DISPONIBILIDADE DE DADOS

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento deste estudo foi a incoerência geográfica e temporal dos dados ao longo de todos os índices e indicadores analisados. No que concerne aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), continua a haver falhas em termos da disponibilidade de dados estatísticos, sobretudo agregados por género, o que é um entrave a uma análise da situação atual e passada destes países numa perspetiva de género. Para além disso, o cálculo anual de dois dos três índices (GDI e GII) só começou a ser realizado a partir de 2010 – antes, o cálculo era feito de 5 em 5 anos –, ou não é calculado de todo em

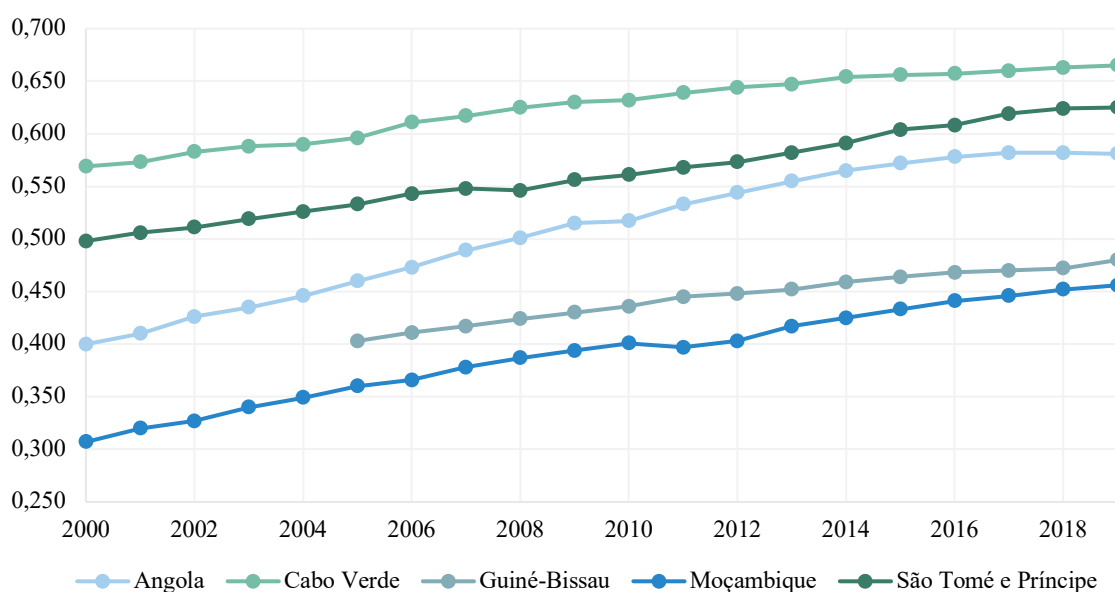
determinados países (Guiné-Bissau) ou só começou a ser calculado recentemente (Angola).

Não obstante as limitações metodológicas que foram identificadas, há que referir que a recolha de dados é essencial para sustentar empiricamente a implementação de políticas públicas eficientes e direcionadas às necessidades reais da população. Embora se adote uma postura crítica face aos índices expostos ao longo do estudo, não se descarta a sua utilidade para a identificação de problemas estruturais, mas antes se defende que os seus resultados só conseguem ser maximizados quando complementados com outras metodologias de investigação que permitam colmatar os seus defeitos analíticos.

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO

4.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Figura 1. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.

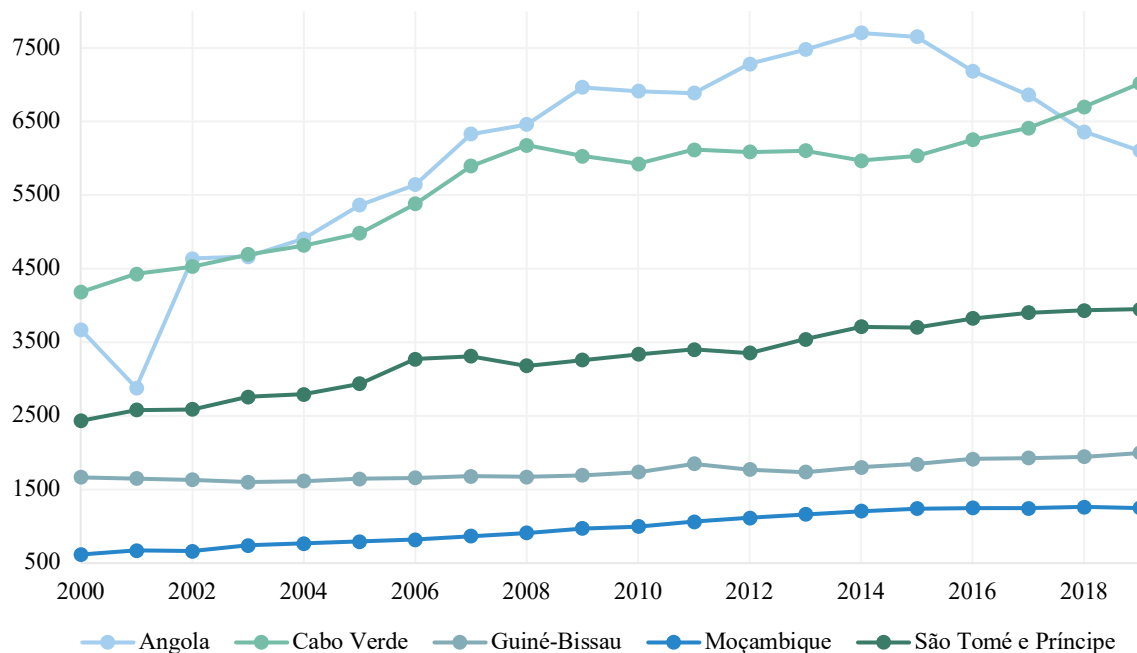


Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

Tal como já foi referido anteriormente, o IDH mede o estado médio das “capacidades humanas básicas” em cada país, consistindo, por isso, numa lista mínima de “capacidades” para assegurar a sobrevivência e o mínimo padrão de vida (PNUD, 2019). Relativamente à Figura 1, constata-se que não estão disponíveis os dados desde 2000 a 2004 do IDH da Guiné-Bissau, o que não permite conhecer a situação do país no início do presente milénio. Consegue-se, porém, identificar uma tendência geral de expansão destas “capacidades básicas” nos 5 países em questão desde 2000 até 2019: Angola (+0,181); Cabo Verde (+0,096); Guiné-Bissau (+0,073, desde 2005); Moçambique (+0,149); São Tomé e Príncipe (+0,127). O único caso de retrocesso no nível de DH ocorreu em Moçambique no ano de 2011 (em que obteve 0,397), tendo havido uma recuperação imediata em 2012 (tendo obtido 0,403). Dos 4 países que têm dados desde 2000, todos, à exceção de São Tomé e Príncipe, beneficiaram de um maior crescimento na primeira década do milénio. Ademais, tanto Angola como São Tomé e Príncipe transitaram do nível de DH baixo (<0,554) para o nível médio (0,555-0,699), juntando-se a Cabo Verde.

Estes dados, contudo, não fazem sentido se não forem decompostos de modo a compreender se há uma evolução positiva em todos os indicadores ou, na existência de disparidades, a que área(s) se deve esta evolução.

4.1.1. RENDIMENTO

Figura 2. Evolução do Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* (\$PPP) nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.

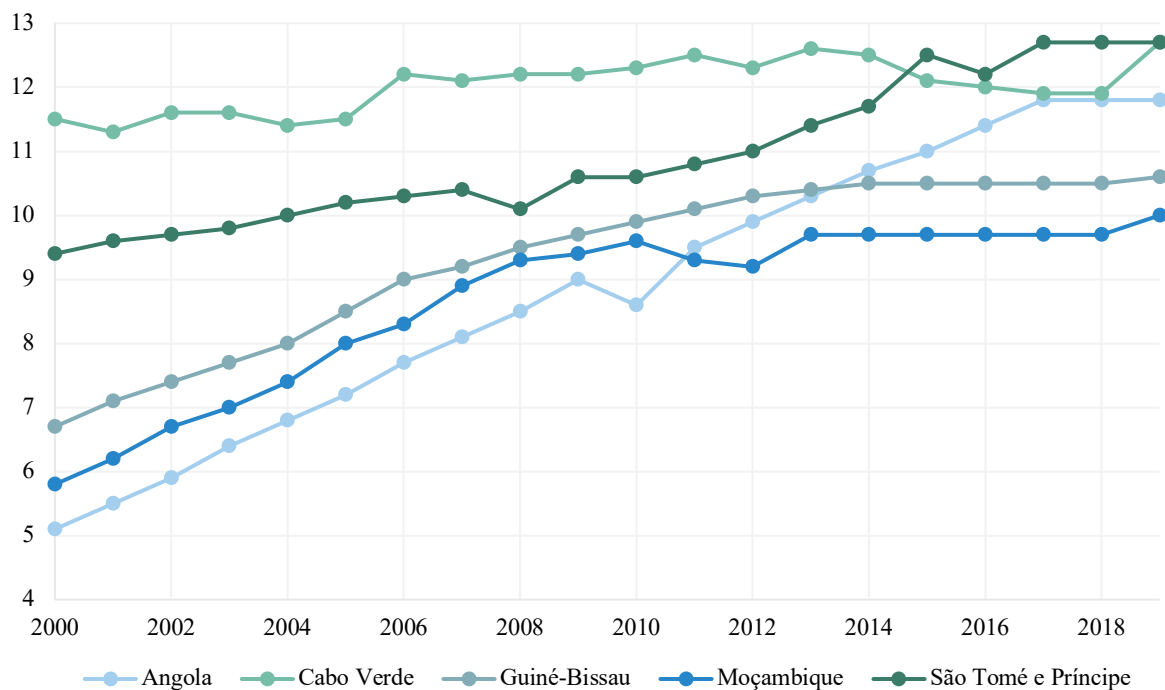
Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

O RNB *per capita* é, como já foi referido, um indicador problemático, sobretudo se se tiver em conta que este não contempla a desigual distribuição de riqueza na sociedade – de facto, é importante determinar como esta se encontra distribuída para perceber se a prosperidade económica chega a todos ou só a alguns. Posto isto, podemos identificar na Figura 2 que há muito pouca variação deste indicador na Guiné-Bissau e em Moçambique, mantendo-se relativamente estável ao longo das duas últimas décadas, o que nos faz concluir que a sua evolução no IDH se deve, principalmente, a melhorias nas restantes componentes. São Tomé e Príncipe apresenta uma tendência geral de modesto aumento, com poucas variações. Por último, tanto Angola como Cabo Verde têm um percurso “atrilado” neste indicador, derivado das curvas ascendentes e descendentes, praticamente sobrepondo-se nalguns momentos. É de referir que, dado o desempenho angolano

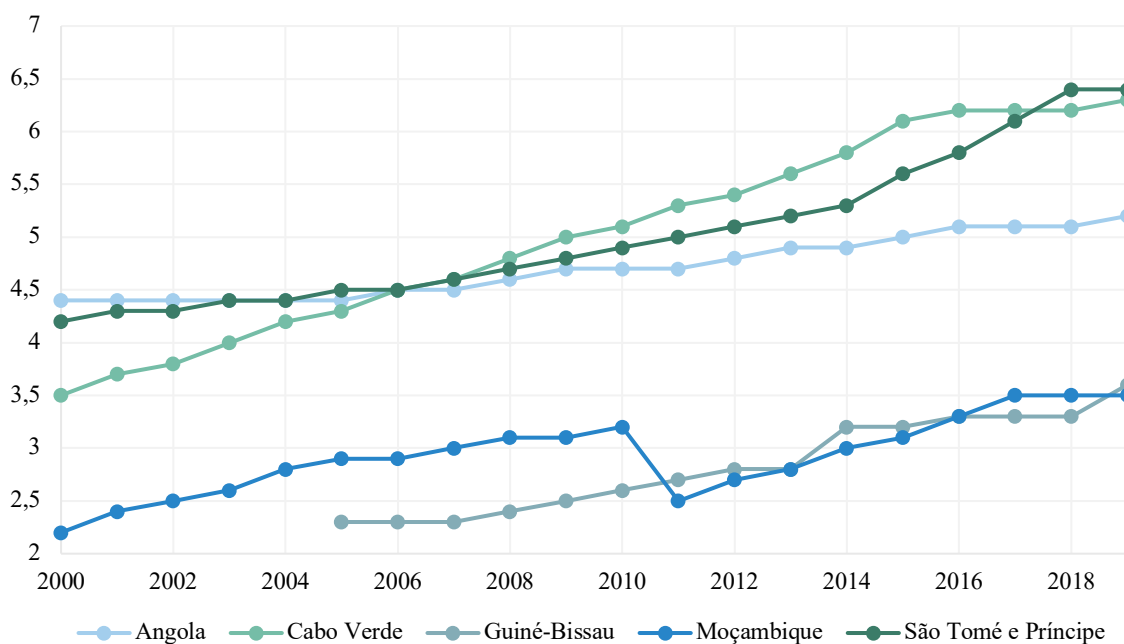
neste indicador e a sua posição no IDH relativamente aos demais, podemos constatar que a componente económica tem um peso considerável no total do cálculo.

4.1.2. EDUCAÇÃO

Figura 3. Evolução dos anos de escolaridade esperados nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.



Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

Figura 4. Evolução da média de anos de escolaridade nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.

Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

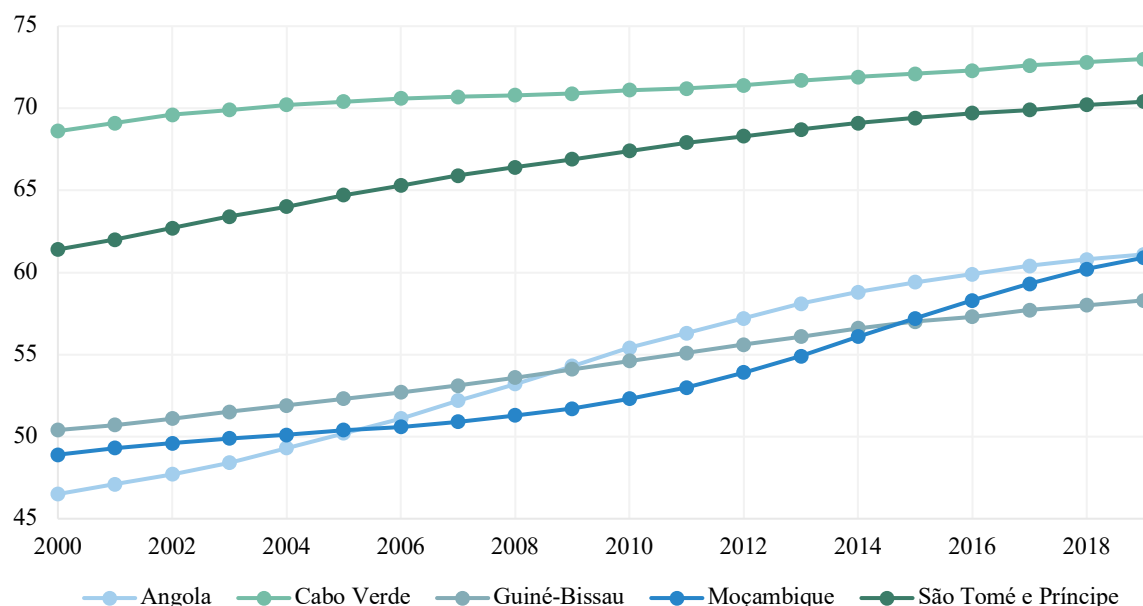
Quando analisada a componente da educação, há que colocar lado a lado os indicadores que compõem o Índice de Educação. Relativamente aos anos de escolaridade esperados, embora a situação tenha melhorado para os 5 países, observam-se algumas quedas na Figura 3. É de destacar a situação cabo-verdiana, onde se regista uma tendência de declínio dos anos de escolaridade esperados desde 2013, que foi, porém, recuperada em 2019. Por sua vez, Angola tem a evolução mais impressionante, visto ter aumentado para mais do dobro os anos de escolaridade esperados desde 2000 até 2019. No entanto, é São Tomé e Príncipe que, de momento, apresenta os resultados mais promissores. Ademais, a Guiné-Bissau tem apresentado, sucessivamente, resultados consistentes, enquanto que Moçambique assiste a um declínio pronunciado em 2011 (9,3 anos) e 2012 (9,2 anos), recuperando nos anos seguintes.

Para compreendermos o contexto real, é preciso analisar a Figura 4, relativa à média de anos de escolaridade. Angola tem sido bastante estável nos seus

resultados, não apresentando um aumento muito significativo, o que significa que os resultados obtidos nos anos de escolaridade esperados apenas serão refletidos dentro de alguns anos. Já Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm tido um crescimento consistente, com o primeiro a apresentar um aumento de quase 3 anos e o segundo de 2 anos. Mais uma vez, apenas estão disponíveis os dados relativos à Guiné-Bissau a partir de 2005. No entanto, é possível verificar que houve, de facto, (lentas) melhorias na frequência escolar com o aumento de 1 ano de escolaridade de 2005 para 2019. Por sua vez, Moçambique sofreu um preocupante retrocesso de 2010 (3,2 anos) para 2011 (2,5 anos), o que revela uma saída em massa de crianças e jovens das escolas. Desde então, constata-se que o país conseguiu recuperar os resultados anteriores.

4.1.3. LONGEVIDADE

Figura 5. Evolução da esperança média de vida à nascença nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.



Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

Observando a Figura 5, as diferenças ao nível das condições materiais e de cuidados de saúde tornam-se evidentes, com uma distância de mais de 10 anos a separar um

grupo de países (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) do outro (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Mesmo assim, quando comparadas as evoluções, constatamos que, desde 2000, Angola e Moçambique asseguram um incremento de mais de uma década na esperança média de vida à nascença, apresentando resultados próximos neste indicador em 2019 (respetivamente, 61,2 anos e 60,9 anos). Já a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe atingem, respetivamente, um aumento de 7,9 anos e 9 anos entre 2000 e 2019, enquanto que Cabo Verde apenas acrescenta 4,4 anos à sua esperança média de vida à nascença neste período.

5. DESIGUALDADES DE GÉNERO

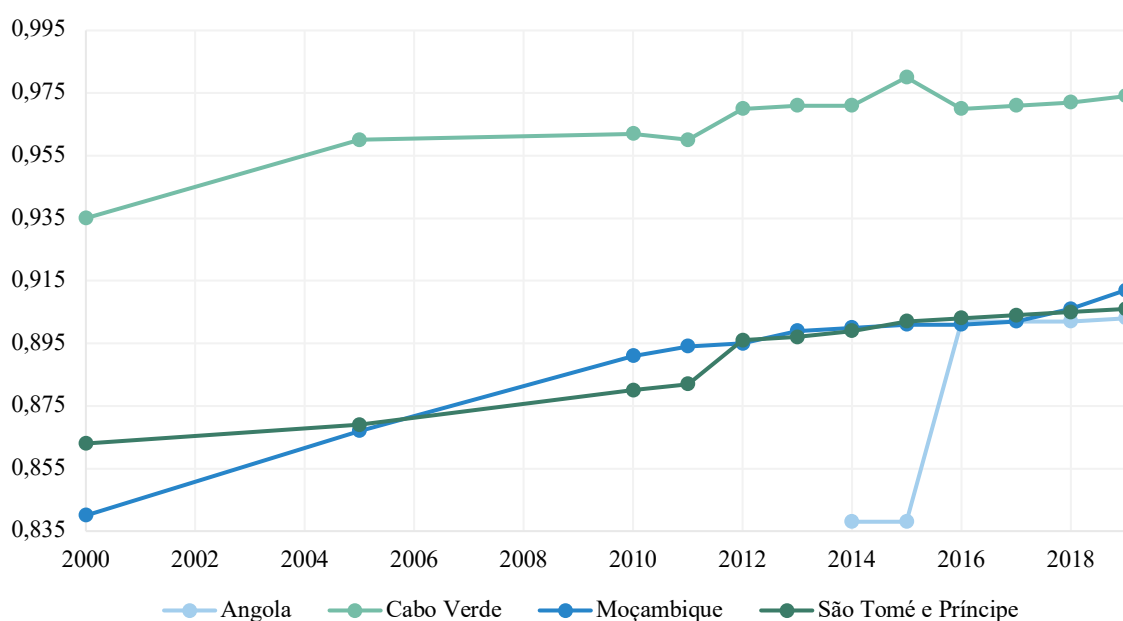
Os dados do presente estudo não permitem uma análise holística das desigualdades de género, mas refletem, em larga medida, a posição marginal das mulheres nestas sociedades e o caminho que ainda há a percorrer. Existe ainda uma desvalorização da importância da recolha de dados agregados por género e da sua utilidade para analisar se as conquistas conseguidas por estes países estão a beneficiar ambos os géneros por igual.

A este respeito, Cabo Verde e Moçambique manifestam um compromisso de luta contra as desigualdades de género através da divulgação de dados estatísticos que confrontam as disparidades socioeconómicas entre géneros. Os relatórios «Mulheres e Homens em Cabo Verde» e «Mulheres e Homens em Moçambique» são lançados periodicamente pelos respetivos Institutos Nacionais de Estatística e disponibilizados para consulta *online*. Há que destacar, igualmente, o papel da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – da qual os países africanos em destaque neste estudo são membros – na promoção dos direitos da mulher e da igualdade de género através dos sucessivos planos de ação (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2018).

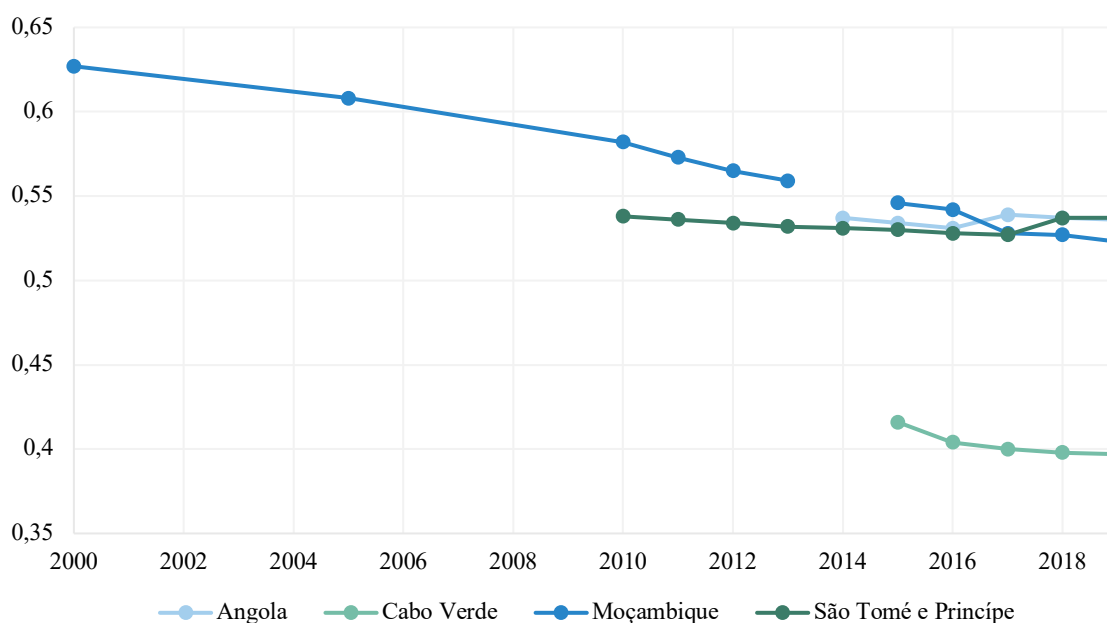
5.1. ÍNDICES DE GÉNERO

Os índices de género (GDI e GII) analisados neste estudo só começaram a ser calculados anualmente a partir de 2010 – antes disso, o cálculo era feito de 5 em 5 anos. A disponibilidade de dados está, para além disso, bastante limitada em termos temporais: só existem dados do GDI e do GII sobre Angola a partir de 2014; embora Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe tenham o seu GDI calculado desde 2000, o mesmo não se aplica ao GII (o de Cabo Verde só é calculado desde 2015 e o de São Tomé e Príncipe desde 2010); há ainda a ausência de dados relativos ao GII do ano de 2014 de Moçambique, daí existir uma interrupção na linha do gráfico da Figura 7. Por outro lado, a base de dados do PNUD tem também falhas ao nível geográfico, não existindo dados relativos à situação guineense em nenhum dos seguintes índices de género, daí a sua ausência.

Figura 6. Evolução do Índice de Desenvolvimento de Género nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.



Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

Figura 7. Evolução do Índice de Desigualdade de Género nos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000-2018.

Fonte: United Nations Development Programme (<http://hdr.undp.org/>)

Posto isto, ao analisar o GDI é preciso ter em conta que quanto mais próximos de 1 forem os resultados, menor a disparidade de bem-estar entre géneros. Por outro lado, no GII, quanto mais próximo de 0 forem os resultados, menor a desigualdade entre géneros.

Colocando lado a lado o GDI (Figura 6) e o GII (Figura 7), verificamos que existe uma diferença pouco significativa dos resultados de um e de outro. Numa primeira análise, constata-se que o GDI evolui de forma mais notória do que o GII, que se mantém relativamente estável no (curto) período de tempo disponível, o que se deve, em parte, ao facto de utilizar indicadores que não apresentam uma grande variação num curto espaço de tempo (por exemplo, a proporção de população feminina e masculina com representação parlamentar está dependente do período da legislatura e da convocação de eleições que permitam renovar os mandatos). Assim, a divergência de resultados entre homens e mulheres nas “capacidades básicas” pode estar a diminuir, mas esta melhoria das condições materiais na vida das mulheres pode não acompanhar uma melhoria da sua posição social.

Cabo Verde distancia-se de forma clara dos restantes países representados em ambos os índices. Por sua vez, Angola, na passagem de 2015 (0,838) para 2016 (0,902), obteve um aumento extraordinário no valor do GDI que, porém, não se reflete no GII: isto significa que, embora tenha havido uma menor divergência de resultados nas “capacidades básicas”, não significa que tal se transpareça na melhoria nas desigualdades de género. Um aspeto interessante que se retira desta figura é que, apesar de Angola e São Tomé e Príncipe terem um valor de IDH mais alto do que Moçambique, este último revela uma vantagem no caminho para a igualdade de género, mostrando, uma vez mais, que os ganhos ao nível do DH não são distribuídos pelos dois géneros da mesma forma em todas as sociedades. Há que referir que, embora haja uma tendência geral de diminuição das desigualdades de género, São Tomé e Príncipe revela um retrocesso na passagem de 2017 (0,527) para 2018 (0,537), o que pode significar que a posição das jovens e mulheres se deteriorou neste período recente.

6. CONCLUSÃO

Desde a década de 90, tornou-se claro que o Desenvolvimento Humano (DH), ocupando-se da extensão das liberdades, oportunidades e escolhas dos indivíduos, não pode ignorar o potencial analítico da perspetiva de género. Os valores do Índice de Género (GDI e GII) evidenciam que as mulheres continuam a estar atrás dos homens, o que se deve a um sistema normativo que remete as mulheres para uma posição marginal. A realidade atual denota ainda que os ganhos no DH são capturados de forma desproporcional a favor dos homens.

O IDH, o GDI e o GII não estão livres de críticas à sua metodologia. Embora mostrem apenas uma parte de um todo mais complexo, são um ponto de partida para o questionamento das razões por detrás das trajetórias divergentes destes 5

países, permitindo proceder a uma análise mais extensa, de preferência com o cruzamento de outras metodologias complementares. Mesmo assim, ao aplicar estes índices aos casos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, foi possível traçar a evolução desde o princípio do presente milénio e, conseqüentemente, identificar algumas tendências.

Em primeiro lugar, verifica-se uma tendência geral de expansão das “capacidades básicas”. Em relação a este aspeto, apesar de Angola se destacar pela evolução positiva em todos os indicadores, o peso do RNB *per capita* é, claramente, determinante para o total. Nos restantes indicadores, a posição relativa de cada um dos países africanos não varia muito.

Em segundo lugar, quando analisados os índices de género (GDI e GII), desvenda-se um retrato de sociedades bastante desiguais. O GDI, embora não seja um medidor das desigualdades de género, indica se os ganhos nas “capacidades básicas” estão distribuídos pelos géneros ou se estes são desproporcionais. Contudo, tendo em conta que por vezes não há uma grande variação entre géneros nos indicadores usados pelo IDH, os resultados podem ser pouco esclarecedores. Como tal, importa recorrer ao GII para colmatar as falhas do GDI. A partir dos escassos dados disponíveis, verifica-se uma evolução lenta neste índice, potencialmente relacionada com a inércia dos processos de mudança social. O GII põe a descoberto que ganhos no IDH não significam ganhos para a igualdade de género: ainda que Moçambique tenha um IDH inferior ao de Angola e São Tomé e Príncipe, o país apresenta, segundo os dados do GII, uma sociedade menos desigual em termos de género. Importa também referir que, apesar de a tendência ser de diminuição das desigualdades de género, observa-se um retrocesso em São Tomé e Príncipe a partir do ano de 2018, um dado que denuncia uma deterioração da posição das mulheres.

Há que referir que a ausência de dados relativos à Guiné-Bissau impede uma análise completa da sua situação e não permite fundamentar futuras políticas públicas

e/ou reformas com vista ao combate das desigualdades de género. Um primeiro passo é, certamente, tornar disponíveis os dados agregados por género em vários indicadores para, assim, se poder fazer uso de índices compósitos como o GDI e o GII.

Por último, deve-se ter em conta que os ganhos e as tendências observadas nestes índices podem ser postos em causa com a situação pandémica de 2020 que, muito provavelmente, irá prejudicar tanto o nível de DH, como o caminho que tem sido traçado rumo à igualdade de género.

BIBLIOGRAFIA

- Alkire, S. (2010), Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts, *OPHI Working Papers 36*, pp. 1-54.
- Charmes, J.; e Wieringa, S. (2003), Measuring Women's Empowerment: An assessment of the Gender-related Development Index and the Gender Empowerment Measure, *Journal of Human Development*, 4(3), pp. 419-435.
- Clark, D. A. (2006), Capability Approach em D. A. Clark, *The Elgar Companion to Development Studies*, Cornwall, Edward Elgar Publishing, pp. 32-45.
- Dijkstra, A. G., e Hanmer, L. C. (2000), Measuring Socio-Economic GENDER Inequality: Toward an Alternative to the UNDP Gender-Related Development Index, *Feminist Economics*, 6(2), pp. 41-75.
- Gaye, A.; Klugman, J.; Kovacevic, M.; Twigg, S.; e Zambrano, E. (2010), Measuring Key Disparities in Human Development: The Gender Inequality Index, *Human Development Research Paper 2010/46*, pp. 1-37.
- Pearson, R. (2006), Gender and Development em D. A. Clark, *The Elgar Companion to Development Studies*, Cornwall, Edward Elgar Publishing, pp. 189-196.
- Pearson, R., e Jackson, C. (2015), Interrogating Development: Feminism, Gender and Policy em J. T. Roberts, A. B. Hite e N. Chorev, *The Globalization and Development Reader: Perspectives on Development and Global Change*, West Sussex, John Wiley & Sons, Ltd, pp. 191-203.
- Permanyer, I. (2013), A Critical Assessment of the UNDP's Gender Inequality Index, *Feminist Economics*, 19(2), pp. 1-32.
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2018), *Empoderamento das Mulheres na CPLP*, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.
- PNUD - United Nations Development Programme (1995), *Human Development Report 1995: Gender and Human Development*.
- PNUD - United Nations Development Programme (2019), *Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*.

- Qizilbash, M. (2006), Human Development em D. A. Clark, *The Elgar Companion to Development Studies*, Cornwall. Edward Elgar Publishing, pp. 245-250.
- Scott, J. (2010), Quantitative Methods and Gender Inequalities, *International Journal of Social Research Methodology*, 13(3), pp. 223-236.
- Sen, A. (2006), Human Development Index em D. A. Clark, *The Elgar Companion to Development Studies*, Cornwall, Edward Elgar Publishing, pp. 256-260.
- Sen, A. (2015), Development as Freedom em J. T. Roberts, A. B. Hite, e N. Chorev, *The Globalization and Development Reader: Perspectives on Development and Global Change*, West Sussex, John Wiley & Sons, Ltd, pp. 525-548.